



A reeleição absolvida

Lula prometeu que, eleito, não seria candidato de novo. Mas, pensando bem...

LULA NEM ASSUMIU E JÁ ESTÃO PENSANDO EM 2006? Bem, política é assim mesmo, uma atividade movida em alto grau pela sofreguidão. Assim sendo, de olho na próxima eleição presidencial, Garotinho decidiu correr o Brasil organizando o PSB para as eleições municipais de 2004, indaga-se qual será o candidato tucano — Alekmin? Aécio? —, especula-se sobre qual seria o papel de Serra, se Ciro voltará a concorrer...

Já que é assim, cabe perguntar: quem seria o candidato do PT em 2006? Lula disse durante um comício, no primeiro turno, que, eleito, não seria candidato à reeleição. (Cumprir lembrar que o PT foi ferrenhamente contrário ao instituto da reeleição, quando a proposta foi apresentada ao Congresso, em 1997, para beneficiar o presidente Fernando Henrique Cardoso.)

Colocado diante da questão ainda na véspera do segundo turno, porém, o presidente do PT paulista, Paulo Frateschi, disse que no devido momento o novo presidente será convencido a mudar de idéia, já que o partido tem “um projeto de poder” e vai querê-lo de novo concorrendo.

Imaginar hoje o que será 2006 é precipitação, diante do ciclópico elenco de desafios que espera o presidente eleito. Mas, embora ninguém no PT pense em acabar com a reeleição no bojo da reforma política que Lula incluiu entre as suas prioridades, pelo menos se pode voltar a meditar sobre ela e/ou sobre a duração do mandato presidencial.

Isso tem sido um estica-e-puxa na história brasileira. Na democracia restaurada pela Constituição de 1946, que, a rigor, foi a primeira que tivemos, o mandato era de cinco anos. (Daí o célebre slogan de JK, “50 anos em 5”.) O golpe militar de 1964 produziu uma salada, com prorrogação de mandato (Castello Branco), doença, Junta Militar e morte no meio do mandato (Costa e Silva), duração casuística de quatro anos, quatro meses e meio (Emílio

Médici), de cinco (Ernesto Geisel) e de seis (o último general, João Figueiredo).

Tancredo Neves, em 1985, herdaria os seis anos da remendada Constituição dos militares, mas se comprometeu a reduzi-los a quatro em seu governo que não houve. José Sarney, que assumiu como vice com a doença e depois morte de Tancredo, envolveu-se em inglória batalha para conseguir da Constituinte um meio-termo, cinco anos, que teria sido, também, a duração do governo Fernando Collor, se este não tivesse renunciado em 1992 para fugir ao *impeachment*. Já no governo Itamar Franco, e temeroso de uma vitória de Lula nas eleições de 1994, o *establishment* político encurtou para quatro anos o mandato do presiden-

te na revisão constitucional de 1993. Esse mandato supostamente curto demais foi um dos argumentos que levaram à controvertida aprovação da reeleição.

Deixando de lado a temperatura que aqueceu a discussão da reeleição, muita gente boa acha que quatro anos sem reeleição é pouco. É aquela velha história: um governo novo, dizem, gasta quase um ano para aprender o caminho das pedras e, no último ano, já se esvaziando, não consegue

muita coisa. Restariam, pois, dois anos de mandato real.

É por essas e outras que países civilizados com presidencialismo ou prevêm reeleição, no caso de quatro anos (como os Estados Unidos), ou mandato maior, quando ela não é admitida (México, seis anos). A França, apenas meio presidencialista, mas sempre exagerada na política, já teve mandatos de sete anos, e com reeleição.

Tudo somado — podem escrever —, ainda vai haver consenso de que mandato de quatro anos com reeleição, tal qual foi desfrutado por FHC, não é uma má idéia. Inclusive para o PT. ■

E-mail: setti@uol.com.br